



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 9ª
(NONA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 25 DE FEVEREIRO DE 2015.**

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Luzia de Paula a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 2ª Sessão Ordinária;
- Ata da 3ª Sessão Ordinária;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

- Ata da 4ª Sessão Ordinária;
- Ata da 5ª Sessão Ordinária;
- Ata da 6ª Sessão Ordinária;
- Ata da 7ª Sessão Ordinária;
- Ata da 2ª Sessão Extraordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro, Líder de Governo, para fazer uso da palavra por cinco minutos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel, pelo Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj, Vice-Presidente do Bloco Sustentabilidade, Trabalhismo e Solidariedade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz, pelo Bloco Democrático Trabalhista Progressista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo, Vice-Presidente do Bloco Democrático Trabalhista Progressista. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, pelo Bloco Força e Trabalho. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino, Vice-Presidente do Bloco Força e Trabalho. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso, pelo Bloco Amor por Brasília, para fazer uso da palavra por cinco minutos.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sras. e Srs. Parlamentares, Sra. Presidente desta sessão, Deputada Liliane Roriz, inicialmente, eu gostaria de informar que, na sexta-feira, dia 27, realizaremos uma audiência pública que tratará da realidade da pessoa com epilepsia aqui no Distrito Federal.

O Distrito Federal, desde o ano de 2008, já tem um programa de atendimento à epilepsia. Infelizmente, Deputada Liliane Roriz, até hoje esse programa não foi colocado em prática. Ontem, foi exibido um filme ali no espaço cultural da Caixa Econômica Federal. O nome do filme é sugestivo: Ilegal. Ele conta a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

história de uma mãe, Katiele Bortoli, que, por causa da falta de legalização e da reclassificação do canabidiol, vê sua filha agonizando em várias crises epiléticas. No início deste ano, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, a qual eu quero aqui parabenizar, teve a coragem de, pela primeira vez na sua história, reclassificar um remédio sem ter estudos clínicos, mas devido a depoimentos da sociedade civil. Katiele Bortoli, para quem não sabe, é essa mãe a quem estou aqui propondo conceder um título de Cidadã Honorária do Distrito Federal. Ela representa mães e pais de mais de 40 mil pessoas que, no Distrito Federal, passam por esse tipo de situação.

Também quero aqui fazer uma menção. Ontem fui procurado pelo Presidente da Associação dos Hemofílicos do Distrito Federal. Deputada Liliane Roriz, eu sei que sua família tem uma luta muito forte relacionada a isso, mas vem demonstrar o descaso, porque, há 4 anos, Brasília era referência no centro de atendimento dos hemofílicos do Brasil. Inclusive esse centro de referência de atendimento aos hemofílicos era levado como exemplo a outros estados da federação, mas, infelizmente, hoje, está sucateado, e os hemofílicos do Distrito Federal perderam essa referência.

Eu quero aqui dizer, Srs. Parlamentares, membros da imprensa, comunidade aqui presente, que o Distrito Federal já foi referência em diversos atendimentos de diversas doenças. Nós precisamos recuperar isso. Esta Casa precisa sensibilizar o Secretário de Saúde, as autoridades públicas de saúde para que o Distrito Federal venha a ser referência no atendimento principalmente às pessoas da nossa cidade que sofrem doenças raras.

Quero voltar a falar um pouco sobre a questão da epilepsia. Aqui falo não só como Parlamentar que vai defender essa causa até o fim, porque tenho uma filha que tem epilepsia. Como pai, eu me sinto na obrigação de lutar por essa causa. Acredito que a Capital da República pode ser referência no atendimento ao paciente com epilepsia.

Quero aqui registrar também que, segundo informações, há 14 anos, a Associação dos Portadores de Epilepsia aqui do Distrito Federal luta para que a Secretaria de Estado de Saúde compre um aparelho de ressonância magnética chamado de 3 Teslas. Até hoje, Deputado Lira, a licitação vai para o pregão, mas, quando chega o momento da licitação, ela não se conclui, porque não há orçamento para se comprar o aparelho. São quatro aparelhos que, segundo os médicos, precisam ser disponibilizados na rede. Infelizmente esses aparelhos não foram comprados. Eu faço uma pergunta: será que 800 mil reais, que é o valor desses quatro aparelhos, vai fazer tanta falta ao Orçamento do Distrito Federal? Há 14 anos, os pacientes com epilepsia não conseguem ter, no Distrito Federal, esse tipo de aparelho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Eu falo isso porque, para fazer o diagnóstico da minha filha, eu tive que sair do Distrito Federal e ir para Ribeirão Preto para que ela pudesse fazer esse exame na Universidade Estadual de Ribeirão Preto. Então, aqui eu conclamo para que, na rede pública... Assim como minha filha, existem várias crianças de baixa renda que até hoje não conseguem ter um diagnóstico preciso, Deputada Luzia de Paula, porque não existe esse aparelho na rede pública.

Era isso que eu queria falar a todos. Quero também estender o convite para essa audiência pública que vai acontecer na sexta-feira na Escola de Enfermagem, na Faculdade de Medicina do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu volto a um assunto por que tenho vindo constantemente a esta tribuna. É para falar sobre a questão do cartel dos combustíveis no Distrito Federal. Eles aumentaram os preços na calada da noite, de domingo para segunda-feira, de madrugada, dizendo que estavam aumentando em função do Confaz. Só que eles estão sendo pegos na mentira. Não foi a média ponderada do Confaz que autorizou o reajuste. Na verdade, o que autorizou o aumento da gasolina no Distrito Federal não foi o ICMS. O que aumentou foi a ganância. Eu estou aqui com o Diário Oficial da União, do dia 24 de fevereiro, terça-feira, ontem, quando foram publicados os preços ponderados.

Brasília, hoje, segundo o Confaz, que é o Conselho Nacional de Política Fazendária, tem a terceira gasolina mais caro do Brasil. A terceira gasolina mais cara do Brasil está exatamente no Distrito Federal. Se a gente pega aqui o nosso vizinho, o Estado de Goiás, que tem ICMS maior do que o nosso, vai ver que lá houve um aumento porque o Governador Marconi Perillo precisava recuperar as estradas. Ele aumentou o ICMS da gasolina. Foi uma taxa que ele criou só para as estradas. Só que a gasolina em Goiás, segundo o Confaz, pode ser vendida, Deputado Chico Leite, a R\$ 3,43. Em Minas Gerais, a R\$ 3,36. No Pará, que fica lá no fim do mundo, aonde se chega de barco, a R\$ 3,39. A Rondônia, também se chega de barco. Amazonas... Aí as pessoas dizem que é porque no Amazonas há uma refinaria. Tudo bem. Mas é mais barato. No caso aqui do Distrito Federal, o Confaz disse que a média ponderada do preço do Distrito Federal, autorizado pelo Confaz, seria de R\$ 3,45. Portanto, nada justifica este preço que eles estão cobrando, de R\$ 3,55, a não ser o roubo.

Sabemos que o Distrito Federal, a nossa capital da República, tem o custo de vida mais caro do Brasil. Quem tiver alguma dúvida, é só sair daqui de Brasília, Deputada Liliane Roriz, e ir a outro estado, que vai poder comer mais barato. O aluguel também será mais barato, a roupa, tudo será mais barato. Essa justificativa de que os salários em Brasília são altos é conversa para boi dormir. A verdade é que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

temos o custo de vida mais alto do Brasil e, como se isso não bastasse, eles ainda estão metendo a mão, esse cartel miserável.

Desde que eu venho denunciando isso... Eu me lembro do tempo da CPI dos Combustíveis, em que provamos que havia um cartel e fui ameaçado de morte. Tive que ficar oito meses com o pessoal do Grupo de Operações Especiais da Polícia Civil fazendo a minha segurança. Eles queriam me matar. Já haviam contratado um pistoleiro de Pernambuco. E os pistoleiros de Pernambuco, do Piauí, do Maranhão e do Ceará são cabras matadores. Mas eu escapei e não tenho medo. Vou continuar denunciando esse cartel.

Hoje mesmo estou dando entrada em uma nova representação aqui no Ministério Público do Distrito Federal, para que ele faça o que fez o Ministério Público do Maranhão. No Maranhão, eles tinham aumentado para R\$ 3,33, e o Ministério Público entrou com a representação e proibiu o aumento. O oficial de justiça foi, de posto em posto, voltando a bomba para o preço que a Justiça entendeu correto.

Aqui também já tivemos esse exemplo com o cartel dos combustíveis, em 1995. Na verdade, em 2005, quando o nosso querido Promotor de Defesa dos Direitos do Consumidor do Distrito Federal, Dr. Leonardo Bandarra, que hoje é Procurador-Geral – filho de Brasília –, entrou na Justiça e conseguiu tabelar o lucro dos empresários. Diminuiu a ganância.

Portanto, estou pedindo ao Ministério Público, por meio de uma representação que está aqui na minha mão, que novamente ataque o cartel e também ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça que coloque a Polícia Federal para investigar isso, porque é caso de polícia. Estamos falando de uma quadrilha que se organizou para lesar milhões de consumidores aqui.

Para concluir, digo que aqui não se anda de carro por luxo, mas porque o transporte aqui, mesmo com a licitação, com a quantidade de ônibus novos que foram comprados, não presta ainda. Se a pessoa ficar dependendo de ônibus, vai chegar todo dia atrasada. Por isso que eu venho lá da Ceilândia de carro. A Deputada Luzia de Paula também. Além disso, a estação do Metrô fica longe, e vamos ter mais problemas ainda. Há dias em que enfrentamos duas horas de engarrafamento. De ônibus, vai demorar mais. Hoje já não goteja mais dentro dos ônibus, mas, antigamente, era necessário, na hora em que se entrava no ônibus, usar uma sombrinha para se proteger da chuva. Chovia dentro dos ônibus.

Por falar em ônibus, para concluir, Sra. Presidente, Deputada Liliane Roriz, outra vergonha foi a autorização que a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT deu para se aumentar o preço do transporte do Entorno em 18%. Tudo clandestino. Funciona por meio de liminar. Não vale nada. Carroça, calhau e 18% de aumento.

Acho que a ANTT deveria ter exigido a licitação, botado tudo novo e ter reajustado de acordo com a inflação. A população do Entorno, Deputada Liliane



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Roriz, é muito calma. Na verdade, o Entorno é a Faixa de Gaza. Ninguém se importa com aquilo. Fica lá. O Distrito Federal não tem como cuidar, Goiás não cuida, e o povo que se dane com o sistema de transporte, que não vale absolutamente nada.

Estou entrando hoje com essa representação, fazendo uma denúncia novamente no Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, para que se tomem providências contra esses exploradores, gananciosos, que são os proprietários de postos de gasolina do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Encerramos os Comunicados de Líderes. Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Deputada Luzia de Paula, Deputado Chico Vigilante, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputado Rodrigo Delmasso, Deputado Prof. Israel, Deputado Lira, senhoras e senhores assessores, venho a esta tribuna para abordar dois assuntos. O primeiro é a respeito da audiência pública que tivemos hoje, para debater sobre as metas fiscais. Estiveram presentes aqui o Secretário de Fazenda, a Secretária de Planejamento, Orçamento e Gestão, diversos Deputados e Deputadas e representantes das entidades da sociedade civil. Pudemos participar de um debate extremamente profícuo hoje. Bom para a sociedade, que pôde, pela primeira vez, por meio de seus representantes, seja no Parlamento, seja na sociedade civil organizada, enfrentar a questão relativa aos números; bom para esta Casa, que cumpriu, como já vem tentando cumprir, o seu mister constitucional, e também muito bom para o governo, que prova o desejo de fazer um debate franco, não é, Deputado Wasny de Rouré?

A sociedade aceita vivenciar sacrifícios se ela tiver a compreensão de que eles são necessários. O que a sociedade não aceita é sempre ter que pagar pelos desatinos, pelas irresponsabilidades, pela aparente simplicidade das decisões de governo, que simplesmente transferem as responsabilidades. Isso a sociedade não admite. E esta Casa, nós que a representamos, cada um com o seu partido, com a sua visão ideológica, também não vamos admitir isso.

Hoje podemos vivenciar um grande momento do debate. É o que esta Casa tem de fazer. Vimos, notamos que, se o governo, ainda no primeiro dia, organizasse sob o ponto de vista da gestão administrativa e política, viesse para este debate sem apenas transferir responsabilidades – e eu aqui, todos sabem, sempre fui tão crítico ao Governo Agnello que muitas vezes fui citado, fui elencado na Oposição –, se o governo atual não fizesse apenas a transferência de responsabilidade, achando que isso pode justificar a ausência de alternativas, e viesse ao debate, francamente



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

chamasse a sociedade ao debate, se colocasse ao debate, certamente haveria menos tensão do que há hoje.

Hoje, no primeiro caso, pela ausência de verbas de natureza salarial, indenizatória, no segundo caso, pelo aumento proposto de tributos, trabalhadores e trabalhadoras, a sociedade se sente com a imputação de uma culpa que eles não têm. Não têm e vão reagir. E nós vamos fazer essa reação nesta Casa. Quero parabenizar a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o Deputado Agaciel Maia, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Prof. Israel, parabenizar o Líder de Governo, Deputado Raimundo Ribeiro, mas muito especialmente o trabalho feito por nossa liderança, sob a condução do Deputado Chico Vigilante, que tem insistido nisso. O Deputado Chico Vigilante é uma daquelas pessoas duras no posicionamento, mas é aquele que nunca postula nada de interesse pessoal – eu o conheço há mais de 20 anos dentro do Parlamento, e nunca postula nada de interesse pessoal – e com o qual você pode contar nas causas coletivas. É o primeiro que chega. Eu disse isso ao Governador Rodrigo Rollemberg. E faz este debate duro e abriu esse flanco.

Quando fizemos a pesquisa no final do ano passado, no último dia, no dia 31 de dezembro para 1º de janeiro, quando fizemos o questionamento, e o *Correio Braziliense* publicou, o governo apressou-se em dizer que os números estavam errados, em desautorizar o SIGGO – Sistema Integrado de Gestão Governamental, que é um sistema pelo qual nós aqui, representando a população, acompanhamos os gastos públicos. Só temos a porta do Siggo, nós não temos a conta. Quase provoqueei, através de um ofício, um pedido para que tivéssemos a própria conta do GDF. Nós não temos a conta do GDF. Nós temos o Siggo. Eu tenho lutado há 13 anos para que a população tenha o Siggo, para que nós tenhamos um método, uma forma, e não fiz isso só com o Executivo, eu fiz isso com o Poder Legislativo. Todos se lembram da minha luta para a divulgação integral da verba indenizatória. Quem não discute na sua casa não tem direito de discutir na rua, não tem moral para isso.

Então, o governo se apressou em desautorizar o Siggo. Não é uma conduta ideal. Eu tenho muita admiração e esperança no Governador Rodrigo Rollemberg. É um sujeito do bem, é um sujeito que luta pela cidade, pela ordem urbanística. Eu me lembro que fomos parceiros em inúmeras lutas, mas esse não é o comportamento ideal. O comportamento ideal não é transferir responsabilidades, é enfrentá-las. É se articular, porque nós queremos saber o futuro. Nós sabemos que há problema, mas agora a população disse: “eu não quero esse, eu não quero aquele, eu quero Rodrigo Rollemberg para trazer alternativas”. A população está esperando, ela vai dar um prazo, mas ela quer saber até quando. Deputado Chico Vigilante, a importância da ação de V.Exa. é que nós temos exatamente este papel de dizer: olha, governo, nós estamos de olho vivo, nós estamos acesos, nós estamos fiscalizando, porque esse é o nosso papel.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

De maneira que quero parabenizar todos os protagonistas da audiência de hoje e quero dizer que continuamos atentos. Já que estamos falando do Deputado Chico Vigilante, eu diria: continuamos vigilantes.

O segundo tema diz respeito a uma postulação que fiz na Comissão de Constituição e Justiça – estou esperando a resposta da nobre Presidenta, Deputada Sandra – mas que fiz também na Comissão de Assuntos Sociais. Quero adiantar que recebi a resposta da Presidente da CAS, Deputada Luzia de Paula, no sentido positivo. Eu já tinha feito isso primeiro na Comissão de Defesa do Consumidor, depois o Deputado Chico Vigilante me sucedeu, fez isso também na Comissão de Defesa do Consumidor. Depois fiquei quatro anos na Comissão de Constituição e Justiça, com a pressão de ser da Base do Governo – eu detesto essa expressão “Base”, a nossa base aqui é a sociedade, é a defesa da sociedade. Aquela pressão. Eu sempre fiz isto lá: trazer o princípio do juiz natural, que é do Poder Judiciário, para o plano do Legislativo e fazer a distribuição aleatória, por sorteio, de todos os projetos, com compensação, para que todos tenham o mesmo número de projetos.

Eu tenho respeito, mas discordo daqueles que entendem que é prerrogativa do Presidente. Eu entendo que o projeto deve ser distribuído para evitar barganhas, mesmo as barganhas lícitas. Que todos tenham oportunidade de vista, de debate, de expressão, porque não estão em nome próprio, estão em nome de quem representam. Além disso, a possibilidade de todos protagonizarem o debate em nome de seus eleitores e eleitoras, independentemente do partido. Ainda ontem, estive num debate com o Senador Randolfe Rodrigues, e eu dizia a ele: independentemente do partido, nós temos muitas causas em comum e temos orgulho de defender essas causas.

Eu quero aqui agradecer, homenagear e felicitar a Deputada Luzia de Paula, estou esperando a resposta da Deputada Sandra Faraj e respeito o posicionamento do Deputado Prof. Israel, por exemplo, que entende que é uma prerrogativa. Esse é um posicionamento inclusive de natureza jurídica e legislativa, não é apenas uma posição de natureza política. Eu tenho respeito, mas nós temos um projeto.

Eu quero concitar a Mesa Diretora para que nós possamos aprovar aqui esse projeto, para que sejamos a primeira Casa Legislativa no Brasil a ter todos os instrumentos legislativos distribuídos por sorteio nas comissões. Isso não faz com que o Presidente perca poder nem prerrogativa nenhuma. A visão do Presidente é de condução do processo. Se algum Deputado ou Deputada para quem o projeto é sorteado criar problemas que estão fora de sua atribuição, que se busquem as vias legislativas, as vias legais, as vias das corregedorias, enfim, mas nós não podemos pressupor que o poder político possa ser utilizado para interesses sobre os quais nós não possamos debater.

Então, quero pedir à Presidência, homenagear a Deputada Luzia de Paula e o Deputado Chico Vigilante, que também já se propôs a fazer isso de novo na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Presidência da Comissão de Defesa do Consumidor. Vou concitar todos os colegas. Estou agora com a notícia e quero parabenizar aqui o Deputado Reginaldo Veras, que vai fazer isso na Comissão de Educação e Saúde. Ele já se propôs, quero parabenizá-lo. Aliás, é uma gratíssima, digamos assim, atuação do Deputado Reginaldo Veras, que tem honrado os seus eleitores. De maneira que deixo esse pedido, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Faremos o encaminhamento, Sr. Deputado.

Concedo a palavra à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PEN. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, servidores desta Casa, venho a esta tribuna para falar de três temas, os mais belos temas que regem a Terra.

O primeiro tema que eu quero aqui abordar é a água. Nós vivemos atualmente uma crise séria dos nossos recursos hídricos. E nós jamais imaginamos que as regiões mais ricas, principalmente as regiões que estão mais ao Sul do País, pudessem passar pelo que estão passando na atual conjuntura, no atual momento. É muito triste nós termos que assistir todos os dias em todos os noticiários a histórias e histórias de famílias que têm na sua residência a falta do bem mais precioso para a existência da vida: a água. E não é diferente aqui no Distrito Federal. Ainda não estamos passando pelo que estão passando as outras regiões, mas, se não houver uma atenção, se não houver realmente uma fiscalização, um olhar diferenciado, nós passaremos também, muito em breve, pela mesma penitência que passam as outras regiões, os outros estados.

Nós sabemos que não é só culpa da questão climática. É também falta de planejamento, falta de uma visão que tenha uma responsabilidade maior com o bem mais sagrado que nós temos, a água.

O planejamento deste País em relação aos recursos hídricos foi muito deficiente, e nessa deficiência nós percebemos também a deficiência da formação do homem, da formação do ser humano, que não teve aquilo que nós chamamos de ação mais importante, que é a educação. Faltou também essa formação. E nós temos agora a convivência com uma situação que poderia ter sido evitada. Poderia ter sido evitada se há meio século este País tivesse se preocupado com as suas crianças.

Hoje também todos os jornais não deixam de noticiar a falta de creches, a falta de vagas em creches. É justamente na mais tenra idade que se inicia a formação acadêmica do ser humano, e é nas creches que as crianças aprendem a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

lidar com os bens que a natureza nos oferece. Infelizmente, faltam vagas em creches.

Eu quero aqui fazer um apelo para que a política de construção de creches seja acelerada – no País e, principalmente, no Distrito Federal. Deputado Chico Vigilante, nós tivemos a oportunidade de ver construídos em nossa cidade mais cinco espaços de creches, mas nós sabemos que isso é muito pouco, porque só no Hospital de Ceilândia o índice de natalidade é muito grande. Nasce naquela cidade mais de 8 mil crianças por ano. E sabemos que as vagas que nós temos estão muito longe de atender à necessidade dessa faixa etária.

Continuo aqui. Há quarenta anos eu começava a fazer esse apelo. Mas eu parecia um zumbi, era sozinha. Dava impressão de que a sociedade, na sua maioria, não percebia a importância desse ser, o ser mais importante, que é a criança.

Hoje nós temos um clamor. Eu quero aqui engrandecer os meios de comunicação, engrandecer aqueles que tiveram a percepção de que a educação começa muito cedo, começa antes da concepção, formando os pais para colocar os seus filhos no mundo.

Volto aqui a pedir: vamos dar as mãos, vamos juntos, Câmara Legislativa, Executivo, sociedade, enfim, todos, lutar para que todas as crianças, num futuro muito próximo, possam alcançar o seu direito à educação, o direito que está em nossa Constituição.

Outro assunto que quero aqui colocar são os idosos. Quero falar daqueles que já alcançaram a idade da maturidade. Não resolvemos o problema das crianças, e já batem à nossa porta milhares e milhares de idosos abandonados, semiabandonados e sem condição de ter um espaço onde possam ser felizes e receber da sociedade aquilo que é de direito deles.

Foi assim que resolvi, segundo o exemplo de outros estados, apresentar uma proposição para que sejam criados espaços para os idosos no modelo das creches. Nós sabemos que os idosos, principalmente os mais carentes, sofrem, e sofrem muito, por falta de atenção, por falta de moradia, por falta de amor, por falta, muitas vezes, até de uma alimentação adequada.

Falando também da água, apresentei alguns projetos, como o Projeto de Lei nº 107, de 2015, que institui o programa de conservação, uso racional e reaproveitamento das águas no Distrito Federal.

Apresentei o Projeto de Lei nº 108, de 2015, que proíbe o lançamento de efluentes que contenham corantes em rios, ribeirões, córregos, lagos, represas e demais corpos d'água no Distrito Federal.

Apresentei ainda o Projeto de Lei nº 112, de 2015, que torna obrigatório o levantamento batimétrico para monitoramento e controle da qualidade e da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

quantidade da água nos reservatórios utilizados para abastecimento público no Distrito Federal.

Apresentei o Projeto de Lei nº 114, de 2015, que dispõe sobre a implantação de válvula de descarga com duplo acionamento nos órgãos públicos do Distrito Federal, por meio da adoção de medidas para induzir a conservação e o uso racional de água.

Apresentei o Projeto de Lei nº 115, de 2015, que estabelece mecanismos e diretrizes para controle e segurança da água destinada ao consumo humano no Distrito Federal.

Apresentei ainda o Projeto de Lei nº 146, de 2015, que dispõe sobre a aplicação de sanções pelo desperdício da água tratada no Distrito federal.

Apresentei também o Projeto de Lei nº 147, de 2015, que dispõe sobre a lavagem ecológica de veículos automotores nos estabelecimentos denominados lava a jato.

Apresentei o Projeto de Lei nº 159, de 2015, que trata da instalação de equipamentos de recuperação e reutilização de água usada na lavagem dos veículos das frotas das empresas de ônibus urbanos interestaduais e internacionais e cooperativas de transporte público.

Apresentei o Projeto de Lei nº 160, de 2015, que veda uso da água potável fornecida pela Caesb para lavagem de ruas, praças, passeios próprios e logradouros públicos.

Apresentei também o projeto de lei que não tinha numeração, mas hoje já tem, que institui o dia de limpeza das nascentes, dos rios, dos ribeirões, dos córregos, dos lagos e lagoas no âmbito do Distrito Federal.

Senhoras e senhores, diante de toda essa exposição, e diante desse elenco de proposições que nós apresentamos, quero pedir aos nobres pares que nos ajudem a tornar leis essas proposições, pois serão de suma importância para o Distrito Federal. Nós, como Capital desse País, temos que dar exemplo.

Temos que lutar para que a nossa vida seja preservada, porque quando não tivermos mais água, com certeza, até a nossa vida humana estará sendo colocada em risco.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente, boa tarde a todos os companheiros,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

trago aqui mais uma informação que nos traz enorme preocupação, o que tem sido, inclusive, uma frequência nesses últimos dias.

Recentemente, esta Casa, entendendo que era o melhor para Brasília, aprovou uma série de medidas que, segundo o governo, iria melhorar as contas. É óbvio que, apesar de discordar, respeito o posicionamento da Casa, mas lembro que todas essas medidas só terão efeito financeiro, Deputado Chico Vigilante, no ano que vem. E a crise é agora!

O que me chamou a atenção é que, recentemente, o Governo do Distrito Federal transferiu a Sesipe – Subsecretaria do Sistema Penitenciário, da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal para a Secretaria de Justiça.

Não preciso dizer que, com certeza, todos conhecem a forma como o Fundo Constitucional é utilizado. Desde 2002, Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Distrito Federal não gasta um centavo com policial civil, policial militar e bombeiro militar do Distrito Federal, tudo é arcado pelo Fundo Constitucional.

Pasmem os senhores, o governo tomou uma série de medidas extremamente impopulares, dizendo que o caixa está baixo ou vazio! O que nós fizemos, Deputado Dr. Michel, V.Exa. conhece bem esse processo, transferimos quatrocentos policiais civis da Secretaria de Segurança, que estavam lotados na Subsecretaria do Sistema Penitenciário, e colocamos na Secretaria de Justiça. A Lei nº 10.633, de 2002, que criou o Fundo Constitucional, proíbe que qualquer policial seja pago com o dinheiro do fundo se ele não estiver lotado em sua atividade fim.

Nós temos um exemplo bem claro nesta Casa. Não temos nenhum policial civil, a não ser aposentado, prestando serviço para esta Casa. Se prestar, a Câmara tem que devolver os recursos para o fundo. Pois bem, pegamos cerca de quatrocentos policiais, que custam aproximadamente 7 milhões de reais ao mês, e mandamos para a Secretaria de Justiça. Sabe o que isso significa? Significa dizer que o Distrito Federal vai ter que restituir aos cofres da União pelos menos 100 milhões de reais por ano se continuar essa situação.

E aí não dá para entender, acho que nenhum dos senhores... Se o governo está endividado, como justificar você assumir uma dívida da União para ser paga com a Fonte 100? Eu acho que o governo tem que dar satisfação, principalmente aos Deputados que votaram no projeto. O governo tem que agora explicar! Temos que trazer o Secretário de Planejamento, o Secretário de Fazenda para justificar esse tipo de decisão.

Volto a dizer para vocês, se estamos endividados, o que justifica você tirar uma dívida da União, pagamento de policiais civis, e trazer para o DF?

Gente, não estou só preocupado com o endividamento do governo – é claro que estamos, porque somos cidadãos, sou representante do povo –, há outro problema muito sério. Esse policial civil desviado de função, o tempo dele para fins



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

de aposentadoria não é contado como estritamente policial. Você cria uma lacuna. Nós policiais podemos aposentar com vinte anos de serviço estritamente policial. O período em que ele estiver na Secretaria de Justiça não será contado como estritamente policial.

É difícil, volto a dizer, entender um gesto desses do governo.

Eu gostaria que o governo, infelizmente o Líder do Governo não está aqui, Deputado Raimundo Ribeiro, pelo qual tenho muito respeito e carinho, explicasse a esta Casa esse tipo de manobra que traz um prejuízo para os cofres do Distrito Federal e para o policial civil.

Então, Sra. Presidente, trago hoje essa preocupação aqui. Eu gostaria, mais uma vez, que a Casa se manifestasse, que os Deputados se manifestassem, principalmente aqueles que acreditaram no projeto do governo, que tomaram a medida impopular de aprovar o projeto acreditando na melhoria. Tenho certeza de que cada um dos meus colegas votou a favor do projeto bem intencionados. Eles votaram tentando ajudar Brasília a sair desse cenário de caos. Nós que não votamos, porque temos outro entendimento, também estamos bem intencionados. Agora, temos que conhecer quais são as intenções do governo. É necessário que o governo explique. Se estou endividado, como é que faço mais dívida? Como trago policiais que são pagos pela União para serem pagos com a Fonte 100? É isso o que eu preciso saber.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LUZIA DE PAULA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero aqui primeiro cumprimentá-la pela condução hoje da Presidência da Casa. Cumprimento também os meus pares que estão aqui.

Eu não podia hoje deixar de fazer uma questão de ordem parabenizando o Deputado Wellington Luiz, que sempre está tocando naqueles assuntos que mais afligem o Distrito Federal, e hoje é o orçamento do Distrito Federal.

Realmente, é de estarrecer uma situação como essa. Eu acho que essa historinha de que quem cuida de preso não pode prender... Tem que parar com essas coisas. Tudo isso já foi utilizado, nada deu certo e o povo está sofrendo com a bandidagem. Vamos parar com esse tipo de conversinha. Essa conversinha "Não, porque quem prende não pode cuidar"... Conversa, tertúlia lambda para dormir bovinamente, conversa mole para boi dormir! Essa é aquela questão de socialismo, antropologia, de filosofia, de tudo o que é, mas o povo está sofrendo. O povo está ali sendo assaltado!



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

E o que está dando certo, não se mexe. Mal comparando, Deputado Wellington Luiz, nossos pares e nossa Presidente, em time que está ganhando não se mexe. Dentro do Distrito Federal não se vê falar em rebelião, em fuga, não se vê falar em nada. Coisa que acontece em todos os outros estados. E aqui se começa a mexer no que está dando certo e começa a complicar.

Não só tirando isso, vamos para o lado financeiro. Se vai pagar 7 milhões e 600 mil reais por mês, multiplicado por doze, serão quase 100 milhões da Fonte 100. Na vaca magra que estamos? Vamos pegar lá o José do Egito, sete anos de vaca magra, sete anos de vaca gorda. Nós estamos nos sete anos de vaca magra agora. O que puder economizar, economiza! Então não adiantou cortar os carros. Cortou os carros, tirou dali e botou para lá. Ficou zero a zero.

Então, espera aí, tem alguma coisa errada. Os professores estão aí sem serem pagos... E fico estarecido quando vejo querer cortar o ponto do professor! Querer ir à Justiça! Aí eu vou discordar. O Governador Rollemberg não pode fazer isso. Ir à Justiça para dizer que a greve é ilegal, sendo que 80, 100 milhões já estão sendo jogados, bem dizer, fora, porque está se tirando do Fundo Constitucional, que não entra na LRF, e metendo a mão na Fonte 100. Quer dizer, é brincadeira um negócio como esse!

Então, eu fico aqui muito satisfeito. O senhor pode ter certeza de que para mim é um privilégio muito grande ver um colega de profissão, apesar de eu estar fora... Sempre digo que delegado aposentado é igual cobra sem veneno, pica mas não mata. Nós temos um pouco de conhecimento de legislação e V.Exa. sabe do que estou dizendo. As pessoas não conversam com quem conhece, porque V.Exa., modéstia parte, posso dizer, é um dos maiores conhecedores do Fundo Constitucional. Agora, não sei porque não conversa com um deputado que conhece o Fundo Constitucional. Inclusive, o governador parece que também participou do Fundo Constitucional, ele era deputado! Ele era Deputado Federal na época? Então ele sabe o que é o Fundo Constitucional. Mas V.Exa., na época sindicalista, foi um dos maiores lutadores...

(Intervenções fora do microfone.)

DEPUTADO DR. MICHEL – O Rollemberg era distrital e o Deputado Chico Vigilante era federal! Então, tira um e coloca o outro, porque o Deputado Chico Vigilante entende de Fundo Constitucional. Mas porque é oposição não pode ser ouvido? Pode! O Deputado Prof. Reginaldo Veras? Eu que não entendo nada de Fundo Constitucional me ouçam pelo menos um pouquinho.

Era isso que eu queria falar. V.Exa. está de parabéns, Deputado Wellington Luiz, porque realmente foi na ferida. Não estamos aqui para massacrar o governo, estamos aqui para mostrar ao governo onde ele pode e não pode colocar a mão.

Rapaz, vou dizer uma coisa, o Deputado Chico Vigilante hoje deu uma aula aqui. Eu não sabia que V.Exa. entendia tanto de orçamento, Chico. Fiquei orgulhoso



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

de vê-lo fazer aquela explanação. Eu me senti um verdadeiro aluno em uma aula de orçamento; você deu uma aula. Rapaz, se eu fosse o Rollemberg, eu o convidava para ser o Secretário de Fazenda.

Muito obrigado, Sra. Presidenta.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente. A minha participação é rápida.

Deputado Wellington Luiz e Deputado Dr. Michel, os senhores levantaram a questão, e trago aqui a informação que acaba de chegar de que a Justiça do Distrito Federal decretou a paralisação dos professores ilegal. Olhem a que ponto nós chegamos! O Deputado Rodrigo Delmasso, quando falou aqui do medicamento que minimiza os impactos da epilepsia, disse que o ilegal se tornou lícito a partir de um movimento popular, e aqui nós vemos o legal se tornar ilícito!

Eu não vou questionar a Justiça, não tenho formação jurídica, e decisão judicial é soberana. Mas questiono quem encaminhou esse pedido à Justiça. Muitos dos que estão no governo, ao longo da minha formação estudantil e profissional, eu vi em assembleias, em cima de caminhões, de carros de som, defendendo a classe. E agora pedem à Justiça que classifique um movimento constitucional de trabalhador como algo ilegal. Vou te falar, os valores estão mudados, há alguma coisa errada, há alguma coisa fora da ordem.

Muito obrigado, Presidente.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidenta, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Queria fazer um rápido registro sobre o falecimento na última semana do conselheiro do Tribunal de Contas, que também ocupou a Presidência, e ex-deputado federal de vários mandatos, Joel Ferreira.

Estive com a família e quero aqui registrar para os colegas a passagem desse homem de vida pública. Inclusive, quando candidato a Deputado Federal, esteve entre os mais votados em seu estado e também no País. Portanto, quero registrar as condolências e pedir, Sra. Presidenta, que a direção desta Casa encaminhe um telegrama de condolências à família pelo papel desempenhado por ele na vida pública de Brasília e por sua contribuição à cidade.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Também me junto ao Deputado nas condolências à família, será providenciado. Minha filha é muito próxima à neta dele, e também senti muito a sua perda.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Muito rapidamente, Presidente, primeiro quero dizer que é lamentável, Deputado Prof. Reginaldo Veras, essa decisão da Justiça. Pedi muito a Deus que iluminasse o Judiciário para que essa medida não fosse efetivada, mas lamentavelmente foi.

Mas quero dizer que isso gera uma relação de hostilidade muito grande entre professores e governo. Acho que essa medida poderia ter sido evitada. Se ela não tivesse sido provocada, com certeza absoluta o Judiciário não teria decretado a paralisação ilegal. Se o sindicato agora for multado, que seja em 100 mil reais por dia – geralmente é o que eles usam –, quem vai pagar essa conta é o professor. Ou seja, ele já está pagando juros, já está pagando a conta por uma série de outros prejuízos gerados pelo governo, seja ele qual for, e agora o servidor da educação ainda vai ter que pagar multa. Então, é lamentável, e a gente gostaria que o Governo do Distrito Federal repensasse as suas ações.

E outra – e aí o Deputado Dr. Michel foi muito feliz –, nós não estamos aqui em hipótese nenhuma afrontando o governo, pelo contrário! Quando a gente alerta sobre essa situação, a gente evita inclusive que o governo cometa alguns atos de improbidade administrativa. Está aqui a Lei nº 13.064, de 2014, que impede o Governo do Distrito Federal de fazer isso. Então, eu tenho aqui uma série de informações que pode causar um prejuízo enorme ao governo.

Quando o Deputado vem para cá e alerta o governo, não é porque ele é inimigo ou porque é adversário; é porque ele viu a ilegalidade e tem a obrigação de defender o povo e alertar o governo. Então, é bom que fique bem claro; é bom que o governo repare isso, porque senão cometerá improbidade e responderá por isso. E a pena por improbidade todos sabem qual é.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, minha fala também é com relação a essa notícia lamentável que o Deputado Prof. Reginaldo Veras passou para nós, agora, de que a Justiça acaba de decretar ilegal o que eu não diria nem greve, mas essa situação dos professores. Inclusive, ficaram a pedido do próprio Governo. Se não me engano, ficou de, na sexta-feira agora, dar uma resposta à categoria. Então o Governo dialoga na segunda-feira, marca para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

sexta-feira, isso vai para a Justiça, e infelizmente comete um ato desse, um ato arbitrário, dificultando o diálogo com os professores.

Portanto, eu quero dizer que lamento e digo aos professores: eu acho que esta Casa tem responsabilidade e precisa aumentar ainda mais essa responsabilidade com essa situação em que se encontram os professores do Distrito Federal. Quero dizer que o Governo erra mais uma vez; erra mais uma vez em não dialogar. Foi um governo que falou que queria dialogar muito com os trabalhadores, mas, infelizmente, não é isso que está acontecendo. Acho que o Governador Rodrigo Rollemberg está muito mal assessorado, precisa urgentemente corrigir os rumos, porque cada vez...

Infelizmente, não é isso que queremos, todos nós Deputados, toda a sociedade. Todos nós estamos torcendo para que este governo dê certo. Mas, do jeito que está indo aí, com atitudes como essa, me preocupa muito. É um governo que tem agido de forma muito parecida com o Governo do Fernando Henrique Cardoso, governo muito neoliberal, que persegue trabalhadores, que diminui salários, que parcela pagamentos... Enfim, eu não sei se é influência de Aécio Neves, quem S.Exa. apoiou na campanha, ou se é a quantidade de gente do PSDB apoiando este Governo.

Então, eu espero que o Governador Rodrigo Rollemberg, que é um socialista, urgentemente retome o rumo deste governo, e que atitudes como essa contra trabalhadores não venham mais a acontecer.

Era isso, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, não vou usar a tribuna, mas só essa notícia sobre a ilegalidade da greve é muito triste.

Eu também me solidarizo com nossos colegas professores e acredito que, se esta greve não é legítima, afinal reivindicam salários que não foram pagos, eu não sei o que é mais legítimo nesta cidade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rodrigo Delmasso.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares presentes neste



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

plenário, eu quero aqui, mais uma vez, repercutir o reajuste da tarifa de água no Distrito Federal, que foi considerado o maior do País.

Deputada Luzia de Paula fez sua explanação em relação ao provável racionamento de água que podemos ter no Distrito Federal e apresentou aqui diversas medidas, alguns projetos de lei, e eu também apresentei um projeto de lei que obriga os prédios da Administração Pública a terem um sistema de reaproveitamento de água, para justamente cuidarmos desse bem tão precioso. Mas, mais uma vez, eu fico estarelecido e aqui quero colocar minha indignação nesta tribuna por esse aumento proposto – que na realidade foi proposto pela Caesb em 24%, e autorizado pela Adasa somente de 16,2% –, que é considerado o maior do País. Coloco aqui minha indignação porque vem em um momento economicamente muito ruim de aumento de impostos, da gasolina. Agora o contribuinte, o cidadão Deputado Ricardo Vale vai pagar 16% a mais na sua conta de água. Dezesseis por cento a mais!

Eu quero aqui rogar, clamar que o Presidente da Caesb e o Presidente da Adasa encaminhem a esta Casa as razões, as justificativas, o porquê desse aumento. Qual a justificativa desse aumento exorbitante, que é três vezes maior do que o índice inflacionário que foi calculado ano passado? Esse aumento, segundo dados técnicos apresentados pelo *site* da Adasa, era para custear a máquina da Caesb. Será que a Caesb também está quebrada? Será que a Caesb também quebrou aqui no Distrito Federal? E será que o povo do Distrito Federal tem que arcar com essa quebraadeira das empresas públicas? Até quando nós vamos aceitar que o contribuinte pague pelos desmandos, pela corrupção? Até quando nós vamos aceitar que o cidadão de bem, que paga seus impostos em dia, seja lesado, assaltado no seu bolso?

Isso é um absurdo! Dezesseis por cento de aumento na conta de água é um absurdo, nós não podemos aceitar. Quero conclamar esta Casa a cobrar do Presidente da Caesb, a cobrar do Presidente da Adasa, a cobrar do Secretário de Meio Ambiente a imediata suspensão desse aumento, até que possamos discutir em audiência pública – que foi proposta pela Deputada Liliane Roriz para falar sobre a situação hídrica no Distrito Federal –, para que esse aumento só seja colocado após essas explicações aqui na Câmara Legislativa.

Não podemos aceitar esse assalto que acontece mais uma vez ao bolso do contribuinte: 16,2% de aumento. Eu não conheço ninguém que teve isso de aumento no seu salário. Sra. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, esse aumento está previsto para entrar em vigor já a partir da semana que vem, dia 1º de março. Mais uma vez quero cobrar do Presidente da Adasa, do Presidente da Caesb, explicações sobre o porquê dessa autorização, o porquê desse pedido do maior aumento de tarifa de água do País. Nem São Paulo, estado que está vivendo recessão de água, teve um aumento na tarifa de água tão alto como teve o Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Aqui nós temos uma bacia hídrica fantástica. Um dos principais afluentes de rios de algumas bacias hídricas do Brasil nasce no Distrito Federal. Por isso, quero a explicação do Presidente da Caesb, quero a explicação do Presidente da Adasa, porque não podemos, mais uma vez, aceitar que o contribuinte seja assaltado para pagar as custas da corrupção e da má gestão.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de trazer aqui, em primeiro lugar, o resultado da discussão – Deputada Liliane Roriz, V.Exa. tinha se colocado na perspectiva, através da sua assessoria, de participar dessa reunião – hoje pela manhã com o Secretário de Relações Institucionais, Marcos Dantas. O Secretário recebeu uma comissão de sindicalistas.

Acompanhando essa reunião, S.Exa. nos esclareceu que o Governo do Distrito Federal está formando, nos próximos dias, um Grupo de Trabalho – GT, na perspectiva de fazer esse debate no interior do SLU, sobre os servidores do SLU e, conseqüentemente, dar guarida aos avanços e às tratativas que ocorreram na gestão anterior da acomodação dos servidores que hoje não têm mais condições de trabalhar na varredura e na coleta de lixo.

Portanto, não apenas pela idade de alguns, mas também em função do aprimoramento acadêmico de outros, o governo está dando continuidade ao programa que teve início no Governo Agnelo. Algo extremamente exitoso, algo que representa a valorização do servidor, porque a carreira do SLU era isolada, defasada. O que o governo fez foi algo absolutamente legítimo, mas encontrou barreiras dentro da legalidade administrativa, quando da fusão da carreira do SLU na carreira do PPGG, o chamado Carreirão.

Portanto, Sra. Presidenta, o Governo do Distrito Federal teve abertura e deu desdobramento. Eu quero cumprimentar os vários Deputados, inclusive a direção desta Casa, que apoiou esse processo, para que pudesse haver esse avanço. Um avanço positivo e necessário.

Eu quero compartilhar com os colegas que já se manifestaram, aproveitando a presença do Líder do Governo, eu acredito que, para a audiência que está prevista, parece-me, para o dia de amanhã, é muito importante a presença do Secretário de Educação. O Secretário de Educação é um professor da rede, uma pessoa bastante respeitada. Ele tem toda uma história inclusive de construção do próprio Sindicato dos Professores.

Creio que esse debate tem que ser pontuado na sua verdadeira dimensão. Naturalmente ninguém quer judicializar uma matéria tão sensível, como o poder articulador que tem o Sindicato dos Professores – deu demonstração disso pelo tamanho da assembleia –, mas nós temos que entender essa realidade do ponto de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

vista de que é um direito do trabalhador reivindicar o pagamento do seu 13º e das férias.

Eu não sei se o Líder de Governo, o Deputado Raimundo Ribeiro, confirma que o governo ontem, no final da tarde, teria lançado uma nota informando que estaria providenciando o pagamento do 13º. Não sei se procede essa informação. Eu gostaria de pedir a S.Exa. que visse se procede ou não isso que chegou aos nossos ouvidos.

Sra. Presidenta, eu não gostaria de encerrar minha fala hoje sem antes trazer a preocupação com relação à licitação que foi realizada, Deputada Telma Rufino, para recuperação da DF-001 na base política do meu amigo Deputado Dr. Michel. Eu quero dizer aos colegas que essa rodovia hoje apresenta um altíssimo índice de acidente e uma sobrecarga extremamente grande em função de exploração que existe em algumas daquelas regiões que cruzam com a DF-001.

Portanto, faço um apelo ao novo presidente do DER, Dr. Henrique Luduvici, para que retome as tratativas dessa licitação para que possamos recuperar o ânimo daquela população que ela havia alcançado, bem como a pavimentação prevista de aproximadamente 7 quilômetros na ligação da DF-001. É uma pista que vem complementar algo tão esperado pela população. Faço um apelo ao Governo do Distrito Federal para retomada dessa licitação e início dessas obras extremamente importantes para quem delas depende, principalmente os moradores do Lago Oeste, da Basevi, da área rural da DF-170.

Esse é o apelo que eu gostaria de registrar à equipe de governo no que diz respeito ao desdobramento dessa licitação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Deputado Reginaldo Veras, estou querendo ser aqui a mais democrática possível. V.Exa. me desculpe se eu já tinha feito uso da palavra. O Deputado Wasny de Roure me pediu, assim como o Deputado Agaciel Maia, que já está inscrito aqui. Eu gostaria que V.Exa. fosse um pouco compreensivo, mas, se desejar fazer uso da palavra agora, não há problema.

Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Veras.

DEPUTADO REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, naquele momento, acho que houve um erro de comunicação da minha parte. Na verdade, era uma questão de ordem, mas não há nenhum problema, eu aguardo os Parlamentares e falarei posteriormente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – A nossa Presidente já está aqui na Casa e, com certeza, deve assumir este lugar.

Eu queria fazer uma referência à reunião da Comissão de Assuntos Sociais, pois aprovamos hoje as comissões itinerantes. Estreei isso quando estive na



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

comissão e, hoje, a Deputada teve a felicidade de dar continuidade a essa iniciativa. Então, agora, teremos as nossas reuniões itinerantes da Comissão de Assuntos Sociais. Lembro que eu fui a primeira a fazer a reunião da Comissão na Rodoviária. Era isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA LILIANE RORIZ) – Dando continuidade aos Comunicados de Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PTC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Deputada Liliane Roriz, Sras. e Srs. Deputados, hoje pela manhã, realizamos a audiência pública de apresentação do terceiro relatório quadrimestral de gestão do Distrito Federal. Tivemos a oportunidade de ouvir o secretário da Fazenda e a secretária de Planejamento prestarem os esclarecimentos e, ao mesmo tempo, tivemos as presenças de 12 Deputados nessa audiência e contamos com a participação efetiva de S.Exas. nos questionamentos.

O Deputado Rafael Prudente, apesar da idade, tem se destacado como um Deputado brilhante nos seus questionamentos. S.Exa. é o Vice-Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e está ajudando bastante. Deputado Rafael Prudente, é uma grata revelação a maneira dedicada, profissional, responsável, com a qual V.Exa. tem desempenhado sua atividade. Portanto, eu quero parabenizá-lo em público aqui para que fique nos Anais da Casa.

Também tivemos a participação do Deputado Rodrigo Delmasso, que está nos surpreendendo. A Deputada Telma Rufino também esteve presente, assim como o Deputado Renato Andrade, o Deputado Reginaldo Veras e outros Deputados. O Deputado Chico Vigilante, especialmente, que está agora com uma assessoria capacitada. S.Exa. só está com o Willemann e com o Joan, só com esses meninos que não entendem nada de economia, não é? Ele fez muitos questionamentos, acho que o Deputado Chico Vigilante fez mais de cem perguntas ao Secretário de Fazenda e à Secretária de Planejamento do Distrito Federal.

Foi extremamente proveitosa hoje essa apresentação. É a primeira vez que vêm os secretários de Fazenda e Planejamento da nova gestão. Inclusive, todas as perguntas feitas, a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças irá sistematizá-las. Aproveitaremos, quando eles enviarem o resto das perguntas, pois não deu tempo para responder todas, para consolidá-las. Faremos uma espécie de Anais da sessão de hoje. Isso é muito importante, porque são as palavras dos dois principais secretários em termos de economia do Distrito Federal. São os secretários de Fazenda e de Planejamento.

Tivemos também a participação importante do nosso professor de economia, o nosso ex-presidente da Casa e ex-deputado federal, Deputado Wasny de Roure, que, com seus questionamentos inteligentes, sempre conseguiu arrancar uma série de informações sobre a situação financeira e orçamentária do Distrito Federal, que,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

às vezes, só temos conhecimento pelas versões que se publicam na mídia, e nem sempre necessariamente as informações são verdadeiras.

Hoje o relatório de gestão fiscal do terceiro quadrimestre, que foi exatamente o encerramento do Governo Agnelo, que se deu em 31 de dezembro do ano passado, possibilitou a esta Casa ter uma visão, uma explanação geral, principalmente sobre o problema de conta única, que é quando nós temos mais de vinte contas, em apresentação de apenas um extrato de uma conta. Na realidade, a situação é bem mais complexa. Para nós, da Câmara Legislativa, especialmente para a Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – os cinco membros estiveram presentes –, foi um ponto de partida para ver que nós precisamos cada vez mais dar transparência aos dados e informações, principalmente aos do governo.

Nessa reunião, foram explicadas também algumas promessas feitas pelo Governador, que até agora não foram colocadas em prática, como a disponibilidade do Siggo, que é um sistema onde se acompanha toda a execução orçamentária do Governo. Eles estão fazendo uma versão, Deputado Wellington Luiz, que é um Siggo cidadão, onde não haja só termos do economês, termos técnicos, mas um siggo que possibilite às pessoas, quando tiverem acesso, entenderem realmente o que está acontecendo. Não adianta simplesmente jogar uma série de informações técnicas só para especialistas em orçamento, porque a população não vai entender. Foi explicada uma série de detalhes pelo Secretário de Fazenda e pela Secretária de Planejamento.

E o mais importante de tudo, para concluir, é que houve um compromisso, Deputada Telma Rufino, da equipe de assessores e técnicos, que são profissionais preparados, competentes, de ambas as secretarias, de colocar à disposição – esse compromisso foi feito com a presença do nosso Líder de Governo, Deputado Raimundo Ribeiro – para que, sempre que algum Deputado tiver qualquer dúvida sobre as contas, sobre despesas, sobre arrecadação do Governo do Distrito Federal, basta ligar que a assessoria de ambas as secretarias, Planejamento e Economia, virão aqui prestar os esclarecimentos imediatamente, ou, se for o caso, como foi abordado pelo Deputado Chico Leite, quando houver necessidade, pode ser formalizado por escrito, que eles vão responder no menor tempo possível.

Portanto, eu acho que foi extremamente proveitosa essa nossa reunião pela manhã. Eu acredito que as próximas reuniões vão fluir muito melhor.

Sra. Presidente, era isso que eu queria acrescentar. Quero agradecer a V.Exa. por ter sido tolerante e ter me permitido falar dois minutos a mais do que o tempo regimental. Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, muito rapidamente, quero registrar a presença aqui do Edgar Gomes, proprietário da Smart Fit, que nos honra com sua presença.

Também, Sra. Presidente, quero parabenizá-la pela indicação do Delegado Mário Gomes para a chefia da Segurança desta Casa. Não tenha dúvida de que V.Exa. acertou. O Mário é um delegado que tanto eu como o Deputado Dr. Michel conhecemos bem. Ele tem uma história na Polícia Civil e está preparado para assumir este cargo. Ele é uma pessoa com quem tive a felicidade de elucidar crimes de repercussão nacional aqui no âmbito do Distrito Federal. Pode ter certeza absoluta de que V.Exa. escolheu muito bem. Eu queria apenas parabenizá-la e fazer esse registro.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wellington Luiz. Eu acho que esta Casa ganha muito com a gestão do nosso delegado Mário para servir a sociedade.

Muito obrigada.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, eu também quero falar da audiência aqui hoje de manhã, da maneira correta com que o Deputado Agaciel Maia, que é Presidente da comissão, fez a condução daquele colegiado.

Foi muito importante o debate que nós travamos aqui. E foi mais importante ainda porque o governo atual, ainda na transição, dizia que havia um rombo de 1 bilhão e 500 milhões. Depois, ele ampliou para 3 bilhões. Depois, chegou a 3 bilhões e meio. Depois, chegou a 6 bilhões e meio. E a verdade é que, pelo que foi colocado aqui hoje, oficialmente não há rombo nenhum, muito pelo contrário.

Nós temos aqui o documento oficial do governo que aponta, Deputado Dr. Michel, que ficaram em caixa 917 milhões no dia 31 de dezembro. O Secretário disse agora que pediu – foi importante o posicionamento de S.Exa. – que secretaria por secretaria informe o que está devendo, que uma por uma das secretarias, Deputado Wellington Luiz, possa informar o que está devendo. Quer dizer, já vai para três meses de governo e só agora... Portanto, a verdade que ficou clara aqui hoje é que o bicho não era tão feio como pintaram. Isso é importantíssimo e demonstra efetivamente o papel que esta Casa tem.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

O Secretário, eu conheci S.Exa. pessoalmente aqui hoje. Acho que a maneira, o comportamento de S.Exa. foi correto. S.Exa. levou um bom tempo para justificar que não mora em Minas, que mora em Brasília, porque eu afirmei, mais de uma vez aqui, que S.Exa. veio de Minas. Na verdade, profissionalmente, o Secretário de Fazenda veio de Minas, mas tudo bem, S.Exa. está morando em Brasília. Eu acho interessante.

A Secretária do Planejamento não falou quase nada. S.Exa. chegou a ficar calada. Espero que, na próxima prestação de contas, daqui a três meses, S.Exa. fale mais.

Agora, o que eu quero lamentar aqui na tarde de hoje – já fui abordado por alguns Deputados aqui, conversei há pouco com a Rosilene do Sinpro – é essa posição absurda de o Governo do Distrito Federal se dirigir ao Judiciário para decretar a ilegalidade da greve. Aí, todo mundo já sabe. O Deputado Wellington Luiz já passou por isso. O Judiciário decreta. Os trabalhadores não voltam, porque ninguém entra em greve para ter decretada a ilegalidade. E, quando se decreta a ilegalidade, os trabalhadores que entraram em greve, se os problemas deles não foram solucionados, pouco se importam com a decretação de ilegalidade ou não.

Na primeira greve dos professores, que foi feita em 1979, quando ainda era ditadura militar, os dirigentes da greve, na época, como Lúcia Ivanov, Márcio Baiocchi e outros, foram demitidos. Depois lutaram para ter a readmissão, e houve uma espécie de anistia para que eles fossem readmitidos.

Portanto, não adianta querer criminalizar o movimento dos trabalhadores. Na ditadura, isso era proibido, porque havia uma lei antigreve, que proibia que fizéssemos greve. Entretanto, nós fizemos e organizamos os trabalhadores no Brasil. Quando nós fizemos a primeira greve dos vigilantes, em 1979, nem sindicato havia. Não havia nem associação, não havia nada.

Eu me lembro de um episódio que me foi contado pelo então Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto. Quando ele assumiu como Ministro do Trabalho no Governo Sarney, disse que nem entrou no gabinete porque estava havendo a greve dos rodoviários. Era eu que estava coordenando o processo, porque eu era Presidente da CUT. Aí, o Presidente Sarney chamou para uma reunião o Ministro do Trabalho, o Ministro da Fazenda e o Chefe do SNI – Serviço Nacional de Informações, que era o General Ivan. Chegando lá, o General Ivan disse: “Olha, vamos intervir no sindicato”. Aí disse o Pazzianotto: “Não adianta intervir no sindicato, porque não é o sindicato que está fazendo a greve. Quem está fazendo a greve são os rodoviários liderados pela CUT.” O General Ivan disse: “Vamos intervir na CUT”. Aí ele disse: “Não há como intervir na CUT” – porque a CUT, naquele tempo, não existia, ela era um movimento, uma sigla, não tinha registro – “e mais, o Presidente da CUT é um vigilante”. Aí o general disse: “Vamos prender o vigilante.” O Ministro Almir Pazzianotto falou: “Olha, Presidente, se o senhor quiser mandar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

prender, prenda, mas não conte comigo mais no ministério. O senhor está começando uma nova república. Como é que o senhor vai voltar aos mesmos métodos de prisão de trabalhadores?" Aí o Sarney falou: "E qual é o remédio?" E o Ministro Almir Pazzianotto disse: "O remédio é negociar".

Eu acho que, nesse momento da criminalização da greve, o Governador Rollemberg joga por terra todo o discurso que S.Exa. fez ao longo da vida, inclusive quando subiu nos carros de som. É bom que se diga que, na última greve dos professores do Distrito Federal, Deputada Telma Rufino, quem participou do processo de negociação e o intermediou foi o Governador Rollemberg. O Deputado Reginaldo Veras sabe disso. O plano de carreira que está aí foi aprovado nessas negociações, e o projeto foi encaminhado para esta Câmara e foi aprovado aqui por unanimidade. Esse projeto ainda não iguala os educadores com os demais trabalhadores de nível superior do Distrito Federal que prestam serviço ao Estado do Distrito Federal.

Essa criminalização, decretar ilegalidade e aplicar multa ao sindicato é o pior caminho. O caminho, hoje, é processo de negociação. Nós temos provado, o tempo todo, que há dinheiro. Estamos provando o dinheiro desvinculado, que eu mostrei para o secretário aqui hoje. Portanto, o que é preciso? É questão de prioridade: se quer pagar os trabalhadores ou se quer pagar outras coisas. E aí é uma opção que o governo faz: se quer pagar os trabalhadores ou se quer gastar o tanto que todos os governos gastam, inclusive esse, em publicidade. É questão de prioridade. E optaram por fazer o confronto com os trabalhadores. Não vai resolver, ninguém vai voltar para a sala de aula por causa da decretação da ilegalidade. Aí, o governo vai ter que...

Eu quero dizer, Deputada Celina Leão – V.Exa. participou aqui das lutas dos trabalhadores e tudo –, que é importante colocarmos a Câmara Legislativa, nesse momento, à disposição do governo para viabilizarmos um processo de negociação, bem como a nossa bancada no Congresso Nacional, oito Deputados Federais e três Senadores. Todos teriam que ter o mesmo posicionamento.

Eu acho que chega um determinado momento em que o Ministério Público do Distrito Federal, que também já fez isto em outros momentos, deveria chamar o governo e o sindicato para um processo de entendimento. Porque, quando está conflagrado, alguém tem que levantar a bandeira branca, Deputado Dr. Michel. E talvez seja essa a hora de levantar a bandeira branca e encontrar uma solução para esses trabalhadores. A única coisa que esses trabalhadores querem é receber seus salários, seus proventos em dia.

Eu conversava há pouco com o Sandro, que assessora a Mesa aqui e é jurista. O governo vai perder todas as ações de parcelamento, Deputado Dr. Michel, porque a Lei Orgânica do Distrito Federal determina o pagamento integral. Portanto,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

quem entrar na Justiça vai ganhar, e o governo vai ter que pagar a esses trabalhadores.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Esta Casa, com certeza, sempre estará aí em defesa dos nossos professores e sempre será canal de comunicação e também de negociação.

Concedo a palavra ao Deputado Reginaldo Veras.

DEPUTADO REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos os Parlamentares e a todos os presentes. Boa tarde e seja novamente bem-vinda a esta Casa, Deputada Celina Leão, para presidir a sessão.

Eu tinha dito que não usaria a palavra hoje, mas, se eu não faço, omito-me e, se me omito, peço. Chegou à Casa o projeto do Executivo que trata da reforma administrativa aqui do Distrito Federal, assunto de muito interesse do Deputado Dr. Michel. Ontem, a galeria estava cheia de representantes da Fercal. Eu não queria antecipar o debate, mas não poderia ficar calado. No argumento, o projeto de lei, em síntese, reduz de 31 para 24 o número de administrações regionais.

Eu me sinto muito à vontade para falar desse tema, até porque tenho um livro, escrito junto com o Professor Jefferson Urani, a respeito da estrutura administrativa do Distrito Federal, história e geografia do Distrito Federal. Eu me sinto capacitado para comentar o assunto e vou ler partes do argumento utilizado no projeto de lei: “O projeto tem o objetivo de promover a melhoria dos serviços prestados à população do Distrito Federal, contemplando as necessidades de uma melhor gestão pública.” O mesmo projeto diz: “...não serão alteradas as particularidades das administrações”.

O primeiro estranhamento: se estou fazendo uma reestruturação, se estou fazendo uma reforma, tenho que alterar alguma coisa. Não existe reforma mantendo-se as estruturas anteriores.

O projeto ainda diz o seguinte, Deputado Dr. Michel, isto interessa muito a V.Exa.: “Esse projeto de lei é resultado de discussões ocorridas com a população, durante o período eleitoral”. Ora, quero ver qual foi a população que, durante o processo eleitoral, pediu ao Governador que, se ele fosse eleito, se extinguissem administrações regionais. Questiono isso.

E ainda diz o seguinte, o mais importante: “O projeto de lei tem o objetivo de reduzir despesas para o erário, como melhor atender às necessidades e reivindicações da população.” Vou repetir: “O projeto de lei tem o objetivo de reduzir despesas para o erário.” É uma das propostas do Governador Rodrigo Rollemberg reduzir despesas. Agora, ou eu interpretei mal ou há uma contradição entre o argumento e o projeto de lei. O art. 15 do projeto diz o seguinte: “Ficam mantidos os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

cargos de natureza especial e em comissão da estrutura anterior das regiões administrativas englobadas.” Se eu mantenho os cargos, que reforma é essa, Deputado Rodrigo Delmasso? Então, eu estou trocando seis por meia dúzia.

Gente, eu juro que quero ajudar. Sou a favor da reestruturação administrativa do Distrito Federal. Hoje, conversando com o Deputado Dr. Michel, deixei claro que preciso estudar o caso da Fercal, porque não o domino. Talvez seja a única administração de que não tenho pleno conhecimento. Terei que ir até a região e conversar. As demais, eu conheço na plenitude. Academicamente e na prática.

Agora, se vou extinguir administrações regionais e não vou extinguir cargos comissionados, qual é o sentido dessa reestruturação dentro do princípio da economicidade? O Deputado Rodrigo Delmasso já entregou aos Parlamentares um estudo feito por ele e por sua equipe que mostra que, se fossem realmente extintos todos os cargos dentro desse processo de reestruturação, haveria uma economia de cerca de setenta milhões. O Deputado Rodrigo Delmasso até achou pouco, não foi Deputado? Eu achei que é importante. Toda economia é importante em um momento de crise. Agora, reduzir o número de administrações e não reduzir o número de cargos me causa uma grande estranheza. Muita estranheza. É trocar seis por meia dúzia.

Acho que, com essa argumentação e com esses artigos, esse projeto vai ter dificuldade em ser aprovado nesta Casa. Queremos ajudar, mas está difícil. Há algo errado no assessoramento do Governador Rodrigo Rollemberg.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente. (Pausa.)

Concedo a palavra Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos e a todas. Quero falar sobre dois assuntos: primeiro, quero parabenizar o Deputado Reginaldo Veras, que, apesar de ser novato nesta Casa, tem demonstrado muita coerência com o povo do Distrito Federal, nas suas votações, nas suas manifestações.

Realmente, ficamos estarecidos quando vemos um projeto como esse, querendo acabar com as regiões administrativas, principalmente com aquelas que mais necessitam da presença do Poder Público. A Fercal está localizada onde o Poder Público não se faz presente, onde não há nada. Se não tivermos uma administração, para que aquele povo possa ter o Estado presente, nada haverá lá. Lá não há uma delegacia, um quartel do Corpo de Bombeiros, um quartel da PM. Mas a gente lá. Existem, aproximadamente, 35 mil pessoas hoje na Grande Fercal. As pessoas pegam só o Engenho Velho como sendo a Fercal, mas a Fercal vai desde o Córrego do Ouro até o Capim Gordura, que é um dos mais conhecidos bordéis do Distrito Federal – no auge do Distrito Federal – e o único que nunca fechou. É patrimônio cultural do Distrito Federal o Capim Gordura.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Para vocês terem uma ideia, a Fercal tem hoje as maiores fábricas de cimento do Brasil, que são a Ciplan e a Tocantins, fora as empreiteiras que temos lá dentro. Com vários outros métodos de ganhar dinheiro, aquele povo não tem onde falar com o Estado, porque, queiramos ou não, o administrador é o representante direto do governador na localidade. O governador não vai lá; Deputados vão lá, mas, diante da distância, vamos poucas vezes, e a polícia só vai quando ocorre um crime. Ou seja, vamos acabar de matar aquele povo logo.

Vejam o trabalho feito pelo Deputado Reginaldo Veras e pelo Deputado Rodrigo Delmasso: as administrações são o que menos onera o governo hoje, nesse sentido. São 76 milhões, em um rol de 36 bilhões, e isso falando para as 31 administrações. Se pegarmos exclusivamente a da Fercal, a que me refiro hoje, veremos que ela representa 0,21. Não sei nem o que é isso. Um milhão de reais, dentro de 36 bilhões, porque, nesses bilhões aí, ele está colocando tudo. É com emenda parlamentar, com empenho, com pessoal, com tudo. Está tudo aí, tudo junto. Porque emenda parlamentar, a gente coloca se quiser. Mas, com pessoal mesmo, é ínfimo. Não faz nem cócegas no governo, mas querem acabar com o representante do governo na localidade.

Não estou aqui para... Acho que o Governador Rollemberg está bem intencionado. Desculpe-me, Deputada Celina Leão, mas acredito, Deputado Raimundo Ribeiro e meus pares, que o pessoal não pode começar a botar o Rollemberg nessas roubadas, não. A cada hora alguém o coloca em uma roubada, para querer ser o dono, o bacana, o bonito dentro do governo. Só pode. "Vamos acabar com essa e aquela administração, que é bonito!"

Estive em várias rodadas de conversa, com o povo, que muitas vezes pediu... Mas ele não esteve em rodada de conversa na Fercal. Em Sobradinho II, também não houve rodada de conversa. Se houve, eu não fui. Então, esperem aí! Ele não pode fazer um negócio como este: acabar com a Fercal.

Eu queria pedir, Deputada Celina Leão – infelizmente, a senhora não esteve aqui ontem, e acho que não por ser menos importante, mas porque deveria ser alguma coisa inadiável, pela sua postura como Parlamentar e agora como Presidente. A gente sabe que foi impossível a sua presença aqui ontem – que V.Exa fizesse uma intervenção, pelo menos para que façamos uma audiência pública na Fercal. Não o Michel. Vamos parar com esse negócio de Michel lá na Fercal, em Sobradinho II! Vamos parar com isso! Que nós, os 24 Deputados, façamos uma audiência pública lá, para conversar com aquele povo sofrido. Tenho certeza de que a Deputada Luzia de Paula, que mexe com essa parte social, não vai se abster de ir lá, pelo menos para ouvir aquele povo, as suas demandas.

Só para a senhora ter uma ideia, Deputada Luzia de Paula, lá existe uma escola chamada Queima Lençol – e, aí, quero parabenizar o governo. Quando ele acerta, a gente tem que parabenizar; quando erra, a gente tem que bater também;



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

mas ele está acertando –, que foi desativada há seis anos. Os meninos de seis, sete, oito anos saem do Queima Lençol e passam a Fercal todinha para estudar em Sobradinho II. O Renato Santana e o Rodrigo – desculpem-me, mas dizem que quem é amigo dele pode chamá-lo de Rodrigo... Temos que parabeniza-lo. Agora, acho que nós, os 24 Deputados, deveríamos fazer... A senhora, Deputada, poderia encabeçar – não eu, como o político, mas a senhora, como a Presidente... A Câmara Legislativa poderia fazer uma audiência pública na Fercal para nós sentirmos aquele povo, igual ao que V.Exa. fez na rodoviária. Nós podemos fazer lá, podemos fazer no Pôr-do-Sol, nesses lugares onde o povo é sofrido, onde nós sentimos que eles têm necessidade de ver uma autoridade parlamentar naquele local. O pessoal da Fercal sente isso.

Então, eu queria conclamar V.Exa., que tem o coração grande. Eu vi V.Exa. durante quatro anos na Oposição, mas lutando com o povo. Muitas vezes, V.Exa. sabia disto: eu sou Oposição, mas se é bom para o povo, eu vou fazer. Eu vou deixar de ser Oposição e vou votar com o governo. Isso é um elogio a V.Exa. Eu não vou fazer mais elogio, para não dizerem que eu estou puxando o saco, porque não há como. Mas vamos continuar aqui, então. O que eu queria é que nós víssemos isso.

Outro assunto que eu venho falar, que afeta todo mundo – Deputado Joe Valle não está aqui, Deputado Ricardo Vale sabe, não mais que eu, porque eu tomei muito banho na geladeira –, é sobre o Ribeirão de Sobradinho. Nós precisamos, Deputado Ricardo Vale, Deputada Celina Leão, Deputado Raimundo Ribeiro, Deputado Wasny de Roure, Deputado Rodrigo Delmasso, Deputado Júlio César, Deputado Wellington Luiz, Deputado Rafael Prudente, Deputado Reginaldo Veras, Deputado Lira, Deputada Luzia de Paula, ver essa situação hoje do Ribeirão de Sobradinho. Estão falando em escassez de água. Em São Paulo, o sertão vai virar mar, e o mar virar sertão. Lá está virando um sertão. Mas em Sobradinho há um ribeirão que tem 153 quilômetros de extensão. Passa por Sobradinho e está acabando. Já fiz emenda, já fiz indicação, mas só me resta agora pedir aos meus pares que nos ajudem a entrar nessa luta pela revitalização do Ribeirão de Sobradinho. Nesse momento em que se fala em meio ambiente, em eco não sei o quê, nessa coisa toda, nós temos um ribeirão dentro da cidade de Sobradinho que nasce lá no Horto Florestal, na quadra 17, que está morrendo, Deputado Ricardo Vale. Nós não podemos deixar que isso aconteça.

Então, eu queria conclamar a V.Exa. e o Deputado Raimundo Ribeiro, que é da área também, para que nós nos unamos aos outros 21 Deputados para salvá-lo. Vamos fazer uma moção. Vamos começar por lá, então. Vou dar uma ideia para V.Exa., Deputada: “A Câmara Legislativa em socorro ao Ribeirão de Sobradinho”. Olha que bonito! Todo mundo vai lucrar. Existe voto para todo mundo em tudo que é lugar. Se nós começarmos a fazer ações conjuntas entre nós, todo mundo vai ser visto e todo mundo vai pegar uma beirinha. Quando formos para o Porto Rico, vamos todos. O nosso inimigo não está aqui, não. Nós, os 24, conseguimos entrar. O



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

nosso inimigo está lá fora querendo entrar no nosso lugar em 2018. Então, se nós aqui nos unirmos em prol da melhoria do bem-estar do povo do Distrito Federal, nós seremos reconduzidos para aquilo que queremos e reconhecidos.

São estes dois pontos que venho falar hoje: a revitalização do Ribeirão de Sobradinho. Que a Câmara Legislativa, não é o Deputado Dr. Michel, não é o Deputado Ricardo Vale, não é nenhum dos Deputados que estão aqui, é a Câmara Legislativa que poderia encampar isso, assim como V.Exa. fez com muita proficiência na rodoviária. Todo mundo estava com medo de descer para lá, e foi uma maravilha. Vamos fazer aqui uma ação da Câmara Legislativa neste momento em que se fala que está acabando a água do mundo, que o Brasil será sacrificado por falta de água e essa situação toda. Imagina a popularidade, o resgate que isto vai dar para a Câmara Legislativa, representada pelos 24 Deputados: começar um trabalho de revitalização do Ribeirão de Sobradinho.

Ontem, eu fiz aqui um discurso sobre os policiais militares. Pasmem você, rapaz, eu recebi três ameaças no meu telefone, mas eu quero mandar um recado aqui: Não tenho medo de ameaça, não. Se eu tivesse medo de ameaça, eu não seria polícia. Então, vagabundo bom – eu vou falar – é morto. Não é nem preso mais, não. Vagabundo bom é morto. E quem não gostou que vá lá. Eu sou da Corregedoria. Que me tirem, coloquem outro e me cassem, porque agora eu vou apelar, entendeu? Vou apelar aqui, então. Até então, eu dizia: vagabundo bom é preso sem regalia. Hoje digo isso, já que ameaçaram ontem, dizendo que não passa deste mês, só se esquecem de uma coisa, Deputada: é morrendo que se vive para a vida eterna. É morrendo que se vive para a vida eterna. Não tenho medo! Não tenho medo! Está sendo gravado, está saindo em tudo quanto é lugar! Não tenho medo. Vagabundo bom é morto.

Era isso o que eu tinha a falar, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Dr. Michel, eu acho que há três pontos muito importantes na fala de V.Exa. que esta Presidência quer e vai encaminhar.

O primeiro ponto que V.Exa. colocou é sobre a questão de ouvir a comunidade. O projeto foi lido hoje e já trouxe grande polêmica à Câmara Legislativa, a nós. Cada Deputado aqui tem uma ligação com uma região, e nós entendemos que muitas delas entendem a criação da sua região administrativa como uma conquista. Cabe a este Poder, sim, debater o projeto. Eu vou acatar a solicitação de V.Exa. Nós vamos fazer uma comissão geral na quinta-feira seguinte a esta quinta-feira – pois já temos a comissão proposta pelo Deputado Rafael Prudente – em atendimento à solicitação de V.Exa. Abriremos o debate para trazer a comunidade para cá e para ouvir as regiões administrativas e ver o que a população pensa sobre o projeto. Então, esta Presidência está acatando a solicitação de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Quanto ao segundo item, Deputado Dr. Michel, V.Exa. falou sobre a água. Hoje eu estive no Corpo de Bombeiros com a Defesa Civil e quero dizer que esta Casa vai encabeçar uma campanha de economia e de uso eficiente da água. Nós vamos sair na frente. Vamos abrir uma campanha sobre isso aqui. Os 24 Deputados.

A sugestão de V.Exa. de começar pelo ribeirão, por um córrego, será também acatada. Vamos ver o que podemos fazer através de leis ou através de gestão da própria Câmara Legislativa. Hoje, inclusive, nós estivemos no Corpo de Bombeiros, e esta Casa vai abraçar a campanha quanto ao desperdício da água. Vamos fazer leis, vamos estar nas escolas, vamos produzir cartilhas, porque somente a prevenção é que pode mudar realmente a situação para que não venhamos a ter o problema pelo qual hoje passa a Região Sudeste.

O terceiro item da fala de V.Exa. para mim é muito grave. Eu quero pedir a ação do Sr. Mário, nosso Delegado da Copol, porque nenhum Deputado em seu pleno exercício de mandato pode ser ameaçado. Qualquer pessoa que ameace um Parlamentar estará infringindo o poder democrático do Parlamentar, que é a fala. É por isso que nós somos invioláveis em pensamentos, porque o nosso pensamento, muitas vezes, precisa ter liberdade para refletirmos a vontade da população. Eu quero dizer a V.Exa. que o que esta Casa, o que a Polícia Legislativa puder fazer ela fará. Ela vai abrir investigação. Nós não aceitamos isso! Este Parlamento não vai aceitar nenhum Deputado ser ameaçado diante da sua palavra, seja ela contra o governo ou a favor do governo; contra secretário ou a favor de secretário. Eu sofri isso na pele, Deputado Dr. Michel, e eu não vou aceitar que nenhum Deputado sofra o que eu sofri.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sra. Presidente. Serei rápido em minha fala.

Primeiro quero pedir desculpas ao Sr. Fábio Padilha, porque, quando nos tornamos amigos, ficamos sem vergonha, Fábio, e eu acusei a presença do Edgar e acabei me esquecendo do Fábio, que é o proprietário da Rede Runway, um grande amigo, um parceiro de muitos anos, um grande gerador de empregos e gerador de impostos aqui no Distrito Federal, a quem tenho um enorme carinho. Sou frequentador da academia dele. Sei que V.Exa. também é frequentadora da Runway. Apesar de eu estar estragado desse jeito, a culpa não é da academia, a culpa é minha, viu, Fabinho? Vocês fazem bem a parte de vocês.

Sra. Presidente, aproveitando a fala do Deputado Dr. Michel, quero lembrar que outras administrações também sofrem com a mesma preocupação. Nós temos hoje a Administração do SIA que corre o mesmo risco. Lembro que o SIA é um grande arrecadador de impostos. Mais de 50% dos impostos então no SIA. Será que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

é viável acabar com essa Região Administrativa? Então, é outra discussão sobre a qual eu gostaria que esta Casa também se debruçasse.

Era só isso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, permita-me uma sugestão. Eu estava verificando a nossa pauta de vetos, e há um conjunto de matérias pertinente ao orçamento. Orçamento esse que já está fora da execução, porque o ano já encerrou. Ao encaminhar à votação essas matérias – e aí há consenso, porque eu creio que não faz mais sentido querer fazer disputa em veto de matéria vencida –, poderíamos então votar de uma única vez um conjunto de vetos na área orçamentária. Isso facilitaria para nós, caso V.Exa. entenda como correto. São matérias vencidas do ano passado. Ganharíamos tempo, caso entrássemos na votação dos vetos da Ordem do Dia. É uma sugestão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a sugestão de V.Exa. Pergunto se algum dos Líderes tem posição contrária à sugestão do Deputado Wasny de Roure quanto aos vetos relativos à questão orçamentária que perderam o objeto. (Pausa.)

Deputado Wasny de Roure, só peço ajuda à assessoria de V.Exa., caso tenha os vetos orçamentários separados.

Concedo a palavra ao Deputado Ricardo Vale.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiramente eu queria me solidarizar com o Deputado Dr. Michel pelo lamentável episódio em que S.Exa. foi ameaçado por três pessoas, por conta de uma intervenção sua na ocasião daquele acidente na BR-020 – acho que foi em função disso. S.Exa. se posicionou muito firmemente com relação ao episódio e aos jovens que estavam envolvidos nesse crime.

Quero dizer que me solidarizo com S.Exa. e que também já fui vítima de ameaça, não como Deputado, mas como dirigente partidário, e sei muito bem como isso é ruim. É uma situação muito chata você receber um telefonema, receber ameaça de morte. Sei disso e me solidarizo com S.Exa.

Quero dizer que, como Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, eu pedi à Secretaria de Segurança



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

Pública que se manifestasse sobre o caso – em função do vídeo que vi. Eu não fiz juízo de valor, não julguei o caso, mas acho que o vídeo em que os possíveis policiais filmavam aqueles jovens agonizando, morrendo, é uma coisa extremamente lamentável. Acho que não é papel da polícia ou de um policial filmar o outro morrendo e falando aquilo. Sabemos que a adrenalina é forte e que o trabalho é perigoso. É uma missão muito dura ser policial, mas eles são preparados para uma situação como essa.

Então não julguei ninguém. Já conversei com muitos policiais amigos meus, parentes meus, e expliquei que, sempre que achar que seja preciso verificarmos a ação da polícia ou mesmo a ação de algum outro órgão, de alguma outra pessoa pública, nós vamos fazer isso sem medo nenhum, sem receio nenhum.

Eu acho que esse é o papel dos direitos humanos. A sociedade está muito violenta. Quanto mais violenta, mais e mais violência surge, ao ponto de chegarmos a uma situação de barbárie. É preciso que nós, não só como Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, mas também como Parlamentares, trabalhem no sentido de tentarmos diminuir essa violência toda na cidade.

Foi isso o que pedi. Estou aguardando a manifestação da Secretaria de Segurança Pública sobre o caso, sem julgar, sem fazer pré-julgamento. Ao chegar o material, vamos verificá-lo e, vendo que foi uma fatalidade, que não houve nenhuma intenção dos agentes policiais de prejudicar, tudo bem, vamos falar, vamos nos manifestar e sair em defesa dos policiais. Direitos humanos são para todos.

Sabemos que muitos policiais são, dentro dos quartéis, humilhados, maltratados pelos oficiais. Sabemos que muitos policiais são vítimas de determinadas situações: algum faz uma operação legal, e a sociedade inverte, a justiça inverte, a Justiça inverte. Direitos humanos são para todos – todos os seres humanos. Assim, quando acharmos necessário, vamos fazer isso, sem julgar ninguém. Acho que é o que precisamos fazer. Essa coisa da violência acaba gerando mais violência, ameaças de morte, enfim.

Quero dizer que fiquei feliz por a nossa Presidente falar que vamos discutir melhor esse projeto que extingue as administrações regionais porque, até então, o que eu ouvia, principalmente por parte do chefe da Casa Civil, era que esse projeto era para diminuir custos: que o governo está sem dinheiro e, reduzindo as administrações... Mas, pelo que vimos aqui, extinguem-se as administrações, mas não acabam os cargos. Então, acho que o governo precisa ver melhor essa questão, e nós precisamos intervir nessa situação, porque é muito chato um morador da Fercal, que é longe de Sobradinho, ter que sair da Fercal para ir a Sobradinho pedir ao administrador de lá que resolva os problemas daquela cidade. Ou o cara sair de lá do Jardim Botânico e ir a não sei nem onde atrás do administrador. Muitos moradores não têm nem dinheiro para pagar a passagem para ir atrás de um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

administrador em outra cidade, Deputado Wellington Luiz. Muitos cidadãos não têm nem dinheiro para pegar um ônibus e se dirigir ao Buriti e fazer uma reivindicação para sua cidade.

Então, é importante que o governo reveja isso e que nós Parlamentares tenhamos a responsabilidade de preservar o que é, inclusive, uma questão cultural. Essa figura do administrador regional é algo cultural que há em todas as cidades-satélites. Ora, pode até diminuir, acho que tem que diminuir – há administrações que têm gente demais –, mas tirar o administrador da cidade? O cara vai reivindicar onde? O cara vai ao hospital? Vai à delegacia pedir as melhorias da cidade? Vai aonde? Vai ter que vir ao Buriti? O governo vai mandar um carro para trazer? E os deficientes?

Eu sugiro que o governo mantenha as administrações e deixe os administradores; reduza os cargos, mas não acabe com esta coisa que, como eu já falei, é cultural nas cidades satélites. E que encaminhe também o mais rápido possível a questão das eleições, porque em muitas dessas cidades em que ele está extinguindo ou quer extinguir as administrações, ele prometeu que as pessoas votariam no administrador. Além de não votarem, não vai haver nem administração.

Era isso, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro (Pausa.)

Não há mais inscritos para fazerem uso da palavra.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum* para deliberação.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	35



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
Assessoria de Plenário e Distribuição

Data: 25/02/2016 17:18

VERIFICAÇÃO DE QUORUM



LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
7ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2015/2016

DEPUTADO(A)	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
AGACIEL MAIA	PTC		X
BISPO RENATO	PR		X
CHICO LEITE	PT		X
CHICO VIGILANTE	PT		X
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X
DR. MICHEL	PP		X
JOE VALLE	PDT		X
JUAREZÃO	PRTB		X
JÚLIO CÉSAR	PRB	X	
LILIANE RORIZ	PRTB		X
LIRA	PHS	X	
LUZIA DE PAULA	PEN	X	
PROF. REGINALDO VERAS	PDT	X	
PROFESSOR ISRAEL	PV		X
RAFAEL PRUDENTE	PMDB	X	
RAIMUNDO RIBEIRO	PSDB		X
RICARDO VALE	PT	X	
ROBÉRIO NEGREIROS	PMDB		X
RODRIGO DELMASSO	PTN		X
SANDRA FARAJ	SD		X
TELMA RUFINO	PPL		X
WASNY DE ROURE	PT	X	
WELLINGTON LUIZ	PMDB	X	
CELINA LEÃO	PDT	X	
T O T A L		9	15

SECRETÁRIO (A) (DEPUTADO (A) LUZIA DE PAULA
)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
25 02 2015	15h15min	9ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não há *quorum* para deliberação. Há 9 Deputados presentes e 15 ausentes.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

Eu gostaria de comunicar que amanhã, quinta-feira, dia 26 de fevereiro, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater a situação da educação no DF com o Secretário de Educação do Distrito Federal. Convido a todos os Parlamentares para estarem presentes.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RODRIGO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só gostaria de pedir que conste na Ata a minha presença na sessão ordinária.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Não havendo *quorum* para deliberação, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h21min.)